A INCLUSÃO NUMA ESCOLA EM TRANSFORMAÇÃO

MARIA APARECIDA PIMENTA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender como se constrói a necessidade de normalização do portador de necessidades especiais nos espaços regulares de ensino em que o processo de ensino-aprendizagem acontece de maneira diversa. É preciso ter clareza de nossas impressões de normalidade e anormalidade numa perspectiva de quem convive em sala de aula dom o diverso, o diferente. Essas impressões e os nossos pré-conceitos precisam ser revistos constantemente uma vez que o espaço da experiência acontece no concreto do processo de aprendizagem. A nossa pesquisa é de caráter bibliográfico no qual pesquisamos autores que estudam sobre a educação inclusiva que nos deram suporte para este estudo. A inclusão precisa acontecer numa escola que é diversa, ou seja, a inclusão escolar ocorre com base nas mudanças significativas e muitas vezes emblemáticas no processo de escolarização de pessoas com necessidades especiais, uma vez que a apropriação do conhecimento de dá de múltiplas formas e ao longo do nosso existir. Uma Educação Inclusiva numa Escola Diversa só pode acontecer com rompimentos de velhos vícios que não ajudam a tornar visível os invisíveis.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Diversidade; Inclusão.

ABSTRACT

This article aims to understand how the need for normalization of people with special needs is constructed in regular teaching spaces where the teaching-learning process takes place in a different way. It is necessary to be clear about our impressions of normality and abnormality from the perspective of those who live in the classroom with the diverse, the different. These impressions and our preconceptions need to be constantly reviewed since the space of experience takes place in the concrete part of the learning process. Our research is bibliographical in nature, where we researched authors who study inclusive education who gave us support for this study. Inclusion needs to happen in a school that is diverse, that is, school inclusion occurs from significant and often emblematic changes in the process of schooling people with special needs, since the appropriation of knowledge gives multiple forms and throughout our existence. An Inclusive Education in a Diverse School can only happen with breaking old vices that do not help to make the invisible visible.

Keywords: Inclusive Education; Diversity; Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Discutir “Inclusão Escolar na Sociedade” é apresentar questões antagônicas. A primeira delas, impulsiva, está no fato de ter muito o que fara a respeito de uma temática de tamanha importância e relevância em nossa atualidade. Por outro lado, trata-se de uma questão de princípios, de valores, portanto algo que faz parte do mundo em que vivemos. Ainda poderíamos dizer que há muito a discutir e muito a ser feito.

Quando nos referimos inclusão estamos falando de valores, atitudes e práticas que se traduzem no respeito a diferenças e ao tratamento equitativo a pessoas diferentes, de forma a garantir oportunidades a todos. Se aplica pessoas com necessidades educacionais especializadas e por aí vai.

Em junho de 2015, foi sancionada a Lei Brasileira da inclusão. Ela amplia e concretiza direitos às pessoas com deficiência, que já há algum tempo vinham sendo construídas pela sociedade.

Na prática, inclusão de verdade não se faz nem por Lei e muito menos por Decretos. É bem mais complexo. De qualquer forma sabemos que as Leis e os Decretos são fundamentais para que a inclusão ocorra, para conscientizar a sociedade e obrigá-la a pensar e agir de forma inclusiva, na Escola, na Sociedade, nas Relações que estabelecemos.

A Escola precisa garantir a Educação Inclusiva e a inclusão de fato e de direito. Garantir educação de qualidade e inclusão para todos, mas a forma como isso se concretiza é diferenciada. Não existe uma fórmula que atenda a todos. Portanto, a responsabilidade é coletiva.

> a universalização do direito à educação de qualidade, que pressupõe o respeito à diferença, a inclusão, a busca por equidade, igualdade de oportunidade, desenvolvimento de potenciais dos indivíduos e criação de capacidade de adaptação a mudanças rápidas de cenários, requer simultaneamente, ganhos de escola, despadronização de processos e revisão dos resultados esperados e suas formas de aferição.

Paralelo a isso, os Educadores precisam serem formados, adquirindo as competências e habilidade para lidarem com essas novas qualidades que assolam as relações humanas e produtivas. Há que se utiliza também dos recursos de tecnologia, já que sem isso esta tarefa não será completamente vi-

ável.

Por fim, sabemos que a educação é condição essencial para a inserção social e produtiva das pessoas com necessidades especiais. No plano coletivo, a Educação Inclusiva é requisito para construção de uma sociedade em que todos tenham vez e voz.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

O termo "família" é proveniente do latim "famulus", que quer dizer "escravo doméstico". Criada na Roma Antiga, esta termologia foi usada para designar uma nova estrutura social que surgiu nas tribos latinas, esta organização se caracterizava pela presença de um chefe que mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o domínio sobre todos estes. Com base na família tem sido abordada sob distintos enfoques e definições, e se levantando assim, muitos questionamentos em torno de sua análise.

A família cada vez mais vem se tornando objeto de investigação de muitos pesquisadores no campo das ciências humanas. A antropologia, a sociologia e a psicologia, dentre outras áreas de conhecimento, vêm debatendo sobre a definição do termo família, assim como compreender as questões polêmicas que a cercam, conforme Souza (2009) apud Fox, 1986/Berenstein (1988). A mesma é considerada o mais importante de todos os grupos sociais, já que é nela que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele, é a formadora de nossa identidade social, a base do processo da socialização.

A família vem passando por uma série de modificações, sobretudo pelas mudanças culturais e socioeconômicas da humanidade. Essas alterações ocorrem em sua formação, que passa aos poucos de famílias de predomínio nuclear (pai, mãe, filhos), para família monoparental com um número maior de mulheres como chefes (MIOTO, 1997), especialmente nos grandes centros urbanos.

Antigamente o padrão familiar era constituído de pai, mãe e filhos e outros membros, cujo governo centrava-se no patriarca, contudo no decorrer do tempo surgiram novas composições familiares. Isto é, famílias estabelecidas sob as mais variadas formas, desde aquelas, formadas apenas por pais e filhos, outras formadas por casais provenientes de outros relacionamentos, até famílias compostas por homossexuais e famílias apenas composta por avós e netos, o que não significa que estas novas formações não possam ser consideradas famílias. Elas apenas são constituídas de forma diferente, mas continua sendo consideradas famílias. Isto se dá ao fato da dura realidade do dia a dia na vida moderna que ocasiona a falta de tempo dos pais para uma boa convivência com os filhos e isso dificulta os mesmos de oferecerem uma educação propícia a essas crianças. Outro fator importante e que tem ocorrido frequência para a modificação familiar é o que diz respeito ao grande número de separações e divórcios.

É relevante revelar o conceito de família mediante a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o qual no parágrafo 3º, do artigo 226 reconhece a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar e da monoparentalidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes; e, ainda no artigo 227, parágrafo 5º, as relações ligadas pela afinidade e pela adoção. Já o Código Civil Brasileiro em vigor desde 11 de janeiro de 2003, considera qualquer união estável entre pessoas que se gostam e se respeitam, mudando assim o conceito de família, até então considerado ideal.

Como um marco na evolução sobre o conceito de família destaca-se a Constituição de 1988. De acordo com Souza (2009) apud Genofre (1997) "[...] o traço dominante da evolução da família é sua tendência a se tornar um grupo cada vez menos organizado e hierarquizado e que cada vez mais se funda na afeição mútua". Portanto não se pode pensar em família, mas sim famílias, levando em consideração à variedade de relações existentes em nossa sociedade. Sobretudo a mencionada Constituição determina a todos os cidadãos respeito à dignidade humana, tendo em vista que os laços afetivos são condicionantes para a construção familiar, independente de carga genética.

Apesar da família ter deixado de ser apenas um modelo para se desdobrar em vários modelos, ela ainda continua tendo a mesma finalidade: É a base do indivíduo na vida social. Souza (2009) apud Campos e Carvalho (1983) esclarecem quando afirmam que:

> [...] a palavra família, na sociedade ocidental contemporânea tem ainda para a maioria das pessoas, conotação altamente impregnada de carga afetiva. Os apologistas do ambiente da família como ideal para a educação dos filhos, geralmente evidenciam o calor materno e o amor como contribuição para o estabelecimento do elo afetivo mãe-filho, inexistente no caso de crianças institucionalizadas (SOUZA, 2009, p. 19).

É importante destacar que, o aumento de mulheres ingressando no mundo do trabalho, além do aumento das separações e divórcios tem sido uma das modificações mais significativas da dinâmica familiar. Com a revolução industrial e com a revolução feminista, as mulheres mudaram radicalmente o seu posicionamento em menos de meio século. Isso provocou uma reorganização da sociedade determinado pelos movimentos feministas as quais lutaram para a garantia

efetiva dos seus direitos.

A história revela que as mulheres estrangeiras, na segunda guerra mundial foram obrigadas a saírem de casa e trabalhar em fábricas, porque os homens estavam na guerra frente à batalha. Com isso as mulheres foram tomando conta da produção industrial de armamentos, munições, roupas e alimentos, influenciando assim a mulher brasileira que também sofreu os impactos da guerra.

A família, pode ser percebida como um grupo de pessoas cooperantes que coexistem sob o mesmo teto, essa família tem diferenciados tipos, podendo ser: nuclear, monoparental, dentre outros.

As famílias nucleares caracterizam-se por uma só união entre adultos e um só nível de descendência, isto é, pais/filhos. Nelas não existem parentes (tios, primos), nem há saltos nas gerações (por exemplo, só avós e netos). Isso acontece, nas populações envelhecidas, quando estas famílias são constituídas apenas por dois elementos – o casal de "meia idade" ou idoso.

O Conselho de defesa dos direitos da criança e de adolescente do Estado de São Paulo informa que o padrão da família brasileira da primeira metade do século XIX, até a primeira metade do século XX era constituído por um pai, mãe e filhos. Os componentes da família brasileira deste período eram comandados por um pai. Essa família tinha como base o casamento e as relações jurídicas dele resultantes, entre os cônjuges, e pais e filhos. Esse conceito teve bastante influência da Igreja Católica.

Segundo Mioto (1997),

[...] a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira nos leva a definir a família como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida (MIOTO, 1997, p. 5).

A função socializadora / educativa dentro da família é devidamente a mais importante porque prepara a criança para o seu ingresso na sociedade com a transmissão do legado social e cultural. Ao desempenhar uma ação socializadora, a família desempenha, também, o papel de agência transmissora de ideologias, de hábitos, costumes, ideias, valores, padrões de comportamento dependendo do seu status social.

Outra função da família que vem sendo contextualizada é a que diz respeito à assistência aos seus membros. Em todas as sociedades, a família é basicamente responsável pela proteção física, econômica e psicológica de seus membros. Diz respeito, também, aos cuidados que a família dispensa aos seus membros tanto nas situações do dia a dia quanto nas situações que exigem um maior cuidado (doenças, por exemplo). E este cuidado se processa num continuum que vai da infância até a velhice.

A família se transforma por intermédio da história, mas continua sendo um sistema de vínculos afetivos em que se dá todo o processo de humanização do indivíduo. Um ambiente familiar estável e afetivo pode contribuir de forma positiva para o bom desempenho na vida de cada um dos seus membros.

Um lar mal estruturado social e economicamente, tende a desfavorecer o desempenho social, educacional e emocional dos seus integrantes, em especial o das crianças. Percebe-se desta forma que a família possui uma função decisiva na educação formal e informal de todos os que dela fazem parte.

Para Carvalho (2004) a educação tem um papel fundamental na produção e reprodução cultural e social e começa no lar/família, lugar da reprodução física e psíquica cotidiana – cuidado do corpo, higiene, alimentação, descanso, afeto, que constituem as condições básicas de toda a vida social e produtiva.

A autora assegura que a educação apresenta duas dimensões: social transmissão de uma herança cultural às novas gerações por meio do trabalho de várias instituições; e individual – formação de disposições e visões, aquisição de conhecimentos, habilidades e valores. A dimensão individual é subordinada à social no contexto de interesses objetivos e relações de poder, baseadas na categoria idade-geração, seja na família, seja na escola (CARVALHO, 2004).

Nas últimas décadas, novas dinâmicas sociais vêm afetando, ao mesmo tempo, a instituição familiar e o sistema escolar, levando ao aparecimento de novos traços e desenhando novos contornos nas relações entre essas duas grandes instâncias de socialização (NOGUEIRA, 2006).

Antigamente as crianças e jovens eram educados pela família e na comunidade antes da escola se tornar um lugar separado e especializado para a educação formal. No final do século XIX a educação escolar tornou-se o modo de educação dominante nas sociedades modernas, democráticas da escolarização obrigatória com uma organização específica organizada mediante sistema de avaliação, níveis, diplomas, professores, professoras e outros profissionais especializados. Com a especialização das instituições de reprodução social e a separação da vida pública e privada, as famílias e lares passaram a se redefinir como local estritamente de reprodução física e psíquica, em que são gerados os primeiros sinais de afeto e de in-

timidade. Já as escolas, ficaram com o papel representar o lugar da educação pública em que se reproduz a cultura letrada, os valores sociopolíticos e da qualificação para o trabalho, assumindo funções econômicas e ideológicas.

A escolarização cresceu num modo ordenado e especializado de educação, e tornou-se o contexto central do desenvolvimento individual das crianças e jovens, assumindo em seguida funções sociais e emocionais adicionais. Isso se deu aos pais e mães que passaram a trabalhar fora de casa cada vez mais se reduz suas intervenções e funções reprodutivas culturais e sociais.

As responsabilidades da escola hoje vão além de simples transmissora de conhecimento científico. Sua função é muito mais ampla e profunda. Tem como tarefa intensa, educar a criança para que ela tenha uma vida plena e satisfatória, colaborando assim para melhoria da sociedade em questão.

A política educacional está se desenvolvendo numa ação para além da escola, formalizando-se na relação com a família por meio da esfera pública, especificando a contribuição educacional da mesma para o sucesso motivacional na educação.

O envolvimento dos pais na escola está sendo assimilado na conjuntura da atual tendência à descentralização da gestão educacional e melhoria da produtividade e qualidade escolar no sistema de ensino público (CARVALHO, 2000). Citando o autor Piaget (1972), Caetano (2004) enfatiza também essa questão afirmando que:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva pois a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades (PIAGET 1972, p. 50).

De acordo com Nogueira (2006),

É preciso reconhecer que, de um modo geral, a ideia de "parceria" entre a família e a instituição escolar já se tornou uma espécie de "dogma" (SILVA, 2003, p. 27), de "categoria pública positiva de percepção do mundo social" que se dissemina rapidamente no espaço social, tendo obtido um amplo "sucesso discursivo". Juntamente com o discurso, vimos também que uma série de dispositivos institucionais (campanhas, jornadas, contratos, profissionais especializados etc.) são criados, em geral pelo Estado, com vistas a instaurar e fomentar essa parceria (NOGUEIRA, 2006, p. 12).

As propostas educacionais na escola e na família são diversas no que se referem aos seus objetivos, conteúdos e métodos, bem como as perspectivas e interações típicos a cada contexto. Contudo a escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade.

Enquanto a escola estimula e desenvolve uma perspectiva mais universal e ampliada do conhecimento científico, a família transmite valores e crenças e, como consequência, os processos de aprendizagem e desenvolvimento se estabelecem de uma maneira coordenada. Os benefícios de uma boa integração entre a família e a escola relacionam-se a possíveis transformações evolutivas nos níveis cognitivos, afetivos, sociais e de personalidade dos alunos (CARVALHO, 2000, p. 23).

É preciso apropriar-se de diferentes estratégias e formas para a implementação da relação família-escola, considerando o contexto cultural, isto é, as crenças, os valores e as peculiaridades dos ambientes sociais. Os laços afetivos, alcançados e estabelecidos tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundos destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada.

Apesar dos esforços, tanto da escola quanto da família, em promoverem ações de continuidade, há barreiras que geram descontinuidade e conflitos na integração. Uma das dificuldades na integração família-escola é que está ainda não comporta, em seus espaços acadêmicos, sociais e de interação, os diferentes segmentos da comunidade e, por isso, não possibilita uma distribuição equitativa das competências e o compartilhar das responsabilidades (DESSEN & POLONIA, 2007, p. 28).

Reconhecer os processos que permeiam os dois contextos e suas interrelações permitiria uma visão mais dinâmica do processo educacional e, certamente, intervenções mais precisas e efetivas, e uma ampla discussão de modelos de articulação entre esses dois agentes educacionais.

Escola e a família, portanto, devem estreitar os laços, especialmente quando se trata de crianças com deficiência. Esse estreitamento se refere ao fato de que a ação educativa atualizada não deve se direcionar ao indivíduo à margem de suas necessidades sociais, econômicas e culturais, ou nos problemas concretos em que se encontra inserido, mas sim a um sujeito, constituído de direitos a uma cidadania concreta.

A interação família-escola faz-se necessária, para que ambas percebam suas realidades e suas limitações, e busquem ca-

minhos que permitam e facilitem o entrosamento entre si, para o sucesso educacional do filho-aluno. Nesse sentido, é importante que família e escola saibam aproveitar os benefícios desse estreitamento de relações, isto irá resultar em princípios facilitadores da aprendizagem e formação social da criança.

O Estado por vias democráticas como também de políticas públicas deve intervir neste sentido buscando o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade procurando assegurar cada vez mais direito à qualidade e à igualdade de oportunidades educativas.

Estamos num mundo diverso em que temos pessoas com necessidades diversas e entre elas as pessoas com necessidades especiais que precisam ter a capacidade de acessar a escola. Antes de falar de Educação Inclusiva, ou seja, Educação dentro da sala de aula temos que garantir que o aluno com necessidade especial consiga chegar até a sala de aula. Então, se na Escola não se tem rampa de acesso, não tem elevador, não tem banheiros adaptados como os alunos com necessidades especiais entrarão na escola e permanecerão nelas?

A questão básica é pensar como levar uma criança cadeirante, ou mesmo uma criança que utiliza de muletas para sua locomoção que apresenta dificuldade de subir uma escada ou descer uma escada, ou ainda no andador. Como é que essa criança chega a uma sala de aula para pensarmos e refletirmos sobre a Educação Inclusiva que acontece dentro da sala de aula.

Praticar a Educação Inclusiva necessariamente o aluno com necessidades especiais precisa primeiramente chegar na sala de aula. Temos escolas adaptadas para esses alunos?

Segundo o Censo Escolar realizado em 2014, menos de 10% das Escolas no Brasil estão efetivamente adaptadas fisicamente para receber alunos cadeirantes, por exemplo, em suas escolas. Outra questão a ser considerada é a falta de capacitação dos professores e do quadro de funcionários em geral de lidar com esses alunos.

O Plano Nacional de Ensino – PNE possui em sua meta 4 o seguinte texto:

Universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, preferencialmente na Rede Regular de Ensino, com a garantia de Sistema Educacional Inclusivo, de Salas de Recursos Multifuncionais, Classes, Escolas ou Serviços Especializados Públicos ou Convencionados.

O texto dessa meta 4 do Plano Nacional de Ensino – PNE já nos faz refletir, questionar e fazer uma crítica por palavras que foram incluídas em seu texto final. Uma palavra que gera bastante polêmica refere-se ao acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, preferencialmente na Rede Regular de Ensino. Isso é um problema uma vez que pode ser tornar em uma válvula de escape para não se praticar a inclusão.

Outra palavra que gera polêmica nessa meta e é a última palavra do texto que é a palavra “conveniados”, ou seja, Escolas ou Serviços Especializados, Públicos ou Conveniados. Esses “conveniados” refere-se à terceirização do Serviço, ou seja, utilizar-se de Entidades Terceiras. A interpretação gera debate uma vez que temos “n” interpretações.

Historicamente nosso Sistema de Educação tem excluído as pessoas com necessidades especiais e hoje, com essa meta 4 do Plano Nacional de Ensino – PNE que não deixa de ser um avanço tenta-se recuperar o atraso para a inclusão das pessoas com deficiências e tem apresentado resultados positivos é só acompanharmos a evolução do número de matrículas de alunos com necessidades especiais na rede regula de ensino efetivamente ela tem aumentado consideravelmente o que é uma boa notícia.

Por outro lado, existem muitas reclamações com relação a falta de capacitação dos professores e do quadro de funcionários em geral de lidar com esses alunos. É um desafio para todos e temos que encará-lo de frente.

Existem Escolas que praticam a Inclusão Escolar em um trabalho conjunto entre o aluno, a família do aluno, os professores, diretores e profissionais especializados como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos todos participando em conjunto para que se possa criar um Plano de Educação para aquele aluno especial.

É possível se praticar a inclusão de forma efetiva com resultados satisfatórios. É muito importante lembrar que a integração escolar estimula o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais. A integração escolar estimula o desenvolvimento do portador de necessidades especiais com uma função inclusiva, uma função terapêutica, além de estimular a convivência com a diferença. Essa convivência com a diferença não é apenas para as crianças e adolescentes que possuem necessidades especiais, mas também, para os demais que convivem come essa criança, esse jovem uma vez que temos um debate muito amplo em nossa sociedade acerca da inclusão, à diversidade.

Nada melhor do que se aprender com a prática efetivamente tendo uma pessoa diferente dos demais por possuir necessidades especiais, mas que igualmente tem todo o direito de conviver num ambiente assim como os demais alunos. A ideia de uma

sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade. A Inclusão depende de uma mudança de valores da nossa sociedade. A vivência de um novo paradigma com uma reflexão aberta entre professores, alunos, diretores, pais e comunidade.

A Escola tem um papel fundamental na formação do cidadão e, portanto, deveria se preocupar mais com o tema da Inclusão trabalhando em parceria com a família, com os alunos com necessidades especiais e com todos os profissionais para que essa criança, esse adolescente tenha um aprendizado de qualidade e sinta-se num ambiente diverso incluído e possa desenvolver-se de maneira plena.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva é aquilo que muitos já conhecem que é a ideia de que as crianças estudam e aprendem melhor, quando estão crianças com e sem deficiência, na mesma sala de aula.

A Educação Inclusiva é um objetivo, é um ideal que ainda está muito longo em muitas escolas de nosso país e de muitos países, no entanto, ela é absolutamente necessária porque ela traz a diversidade, a riqueza da humanidade para a sala de aula e prepara melhor o aluno para isso aqui, para o mundo extra sala de aula.

Como todos os grandes desafios que temos em nossa sociedade, não interessa se estamos falando de saúde pública, do nível de desemprego, da corrupção, a educação inclusiva tem a tendência a encontrar motivos únicos e muitas vezes até simples para qualquer desses problemas não são solucionados.

Vemos todos os dias nas notícias, ou escuta de amigos, de pessoas que superaram tudo e conseguiram coisas extraordinárias. A iniciativa do indivíduo, aquela força de vontade, é absolutamente essencial, mas será que é suficiente para a inclusão?

Se quisermos avançar no tema da Educação Inclusiva e em todos os nossos grandes desafios sociais, é não procurarmos uma receita mágica, é um problema complexo, polêmico, que não serão um, dois ou três pontos que vão resolver os desafios que são específicos de cada escola, de cada aluno.

Nenhum problema é igual, nenhuma pessoa é igual a outra. Então, o Sistema Educacional precisa ser inclusivo. O aluno vai precisar se esforçar. O professore vai precisar de algumas orientações específicas para aquele tipo de deficiência. Precisamos pensar em Políticas Públicas aquedas para efetivação e concretização da inclusão.

Precisamos trabalhar para que o sistema de ensino não ajude só o aluno cego em determinada situação, mas que ajude milhares de alunos com necessidades especiais. Temos mais de 10% da população brasileira que representa uma montanha de talentos que hoje está sendo desperdiçada. Não podemos deixar que esses 10% ou mais dependam da sorte.

É possível praticarmos a inclusão desde que se tenha acima de tudo boa vontade. É um desafio e todos nós sabemos. Não é um assunto de menor importância e não é um assunto que iremos mudar o sistema escolar do dia para a noite. Temos que pensar na inclusão e evoluirmos a cada dia.

Portanto, a Educação Inclusiva pressupõe um trabalho que desconstrói a visão homogeneizada de educação e parte para uma necessidade de entendermos a singularidade, a particularidade de cada uma pessoa com deficiência e com isso construir projetos pedagógicos que respeitem essa forma particular, essa forma de cada um se desenvolver e ser relacionar com o conhecimento.

A ideia de Educação Inclusiva se baseia em dois pilares fundamentais: o primeiro de se entender educação como um direito fundamental. As pessoas com deficiência devem entender isso como um direito e não como boa vontade ou favor por parte de educadores e gestores e o segundo é a ideia de que educação contemporânea deveria valorizar as diferenças.

Muitas vezes o educador pressionado pelas demandas da família e do próprio resultado da Escola acaba se distanciando daquilo que seria uma educação para a vida, e se tratando de vida todos são incluídos para viver a grande aventura da Vida em godas as suas dimensões.

A Educação Inclusiva é o desafio de todos nós. Vivemos em um mundo plural, diverso, democrático, portanto, a igualdade e as condições de permanência continuam a desafiar homens e mulheres em uma escola que tem o dever de ensinar para que a inclusão seja uma constante na convivência humana.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota, Maria Teresa Egler Mantoan. Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental. 2. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BERENSTEIN, I. Família e Doença Mental. São Paulo: Escuta, 1988.

BRASIL. Constituição Federal. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secre-

taria de Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial. Brasília: MEC, SEESP, 1998.

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece as Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá Outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: MEC/INEP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Brasília: MEC/SEESP,2008b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: SASE, 2014.

CAETANO, Luciana Maria. Relação Escola e família: Uma Proposta de Parceria. Universidade de São Paulo, 2004 Disponível em: http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/_Arquivos/Jul_Dez_03/PDF/Luciana.pdf Acesso realizado em 10 nov. 2022.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Escola como Extensão da Família ou Família como Extensão da Escola? O Dever de Casa e as Relações Família-Escola. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação. Nº 25, jan.– abr., 2000.

FOX, D. El processo de Investigación en Educación. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A, 1986.

GENOFRE, R. M. Família: Uma Leitura Jurídica: A Família Contemporânea em Debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

JONTIEM. Declaração Mundial Sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jontiem, Tailândia. 1990. [UNESCO, 1998?]. Disponível em: http://unescodoc.unesco.org/images/008/000862/086291por..pdf Acesso realizado em 10 nov. 2022.

LACERDA, D. Cidadania, Participação e Exclusão: uma análise do grau de instrução do eleitorado brasileiro. Itajaí: Editora Univali, 2000.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Plano Decenal de Educação para Todos. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: Contribuições para o Debate. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, Ano XVIII, Nº 55, nov./ fev.,1997.

NOGUEIRA, M. A. Família e Escola na Contemporaneidade: Os meandros de Uma Relação. Educação e Realidade, V. 31, Nº 2, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Resolução da Assembleia geral da organização das Nações Unidas (ONU) Nº 2542 de 30/09/1975, publicada no Diário oficial da União de 01/101975.

PIAGET, Jean. Para onde vai a Educação? Trad. Ivete Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

Polônia, A. C., & Dessen, M. A. Em busca de uma Compreensão das Relações entre Família e Escola. Psicologia Escolar e Educacional, 9(2), 2005.

SALAMANCA. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha. 1994. [UNESCO, 1994]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf Acesso realizado em 10 nov. 2022.

SANTOS, B. S. Por uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos. In: SANTOS, B. S. (Org.). Reconhecer para Libertar: Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, M. E. P. Família/Escola: A Importância dessa Relação no Desempenho Escolar. In: Programa de Desenvolvimento Educacional PDE, 2009.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Tailândia: UNESCO, 1990.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.